REFLEXOES SOBRE O PATRIMONIO HIDRAULICO NA BACIA INFERIOR DO RIO PARAÍBA DO SUL. A CONTRIBUIÇAO DA HISTÓRIA E DA ARQUEOLOGIA

Simonne Teixeira

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Officina de Estudos do Patrimônio Cultural – Officina/LEEA/CCH (1)

simonne@pq.cnpq.br

Reflexões sobre o Patrimonio Hidraulico na Bacia Inferior do Rio Paraíba do Sul. A Contribuição da História e da Arqueologia

Simonne Teixeira

Historial do artigo:

Recebido a 03 de janeiro de 2018

Revisto a 03 de março de 2018

Aceite a 10 de março de 2018

RESUMO

Este trabalho pretende refletir sobre os vestígios materiais das atividades agrícolas desenvolvidas na região da bacia inferior do rio Paraíba do Sul, fora do contexto da economia canavieira, ao longo do século XIX e início do século XX, e seu eminente desaparecimento, sem um registro adequado. Estas significativas estruturas hidráulicas se encontram hoje, completamente abandonadas e embora sejam mencionadas em relatórios arqueológicos que se produzem na área, como parte dos processos de licenciamento ambiental (obrigação legal prévia à instalação dos novos empreendimentos econômicos e atividades que suponham impactos ambientais), não são objetos de estudo e preservação. O reconhecimento destas estruturas como marcos paisagísticos poderia significar a preservação de um patrimônio hidráulico, até então abandonado e sua ressignificação, contribuir para o resgate da memória histórica.

Palavras-Chave: patrimônio hidráulico - estruturas hidráulicas – paisagem cultural – bacia inferior do rio Paraíba do Sul

ABSTRACT

This work intends to reflect on the material remains of the agricultural activities developed in the lower Paraíba do Sul river basin region, outside the context of the sugarcane economy, throughout the nineteenth and early twentieth centuries, and its eminent disappearance without adequate registration. These significant hydraulic structures are now completely abandoned and although they are mentioned in archaeological reports that are produced in the area, as part of the environmental licensing processes (legal obligation prior to the installation of new economic enterprises and activities that suppose environmental impacts), are not objects of study and preservation. The recognition of these structures as landscaped landmarks could mean the preservation of a hitherto neglected water heritage and its redefinition, contribute to the rescue of historical memory.

Key-words: hydraulic heritage - hydraulic structures - cultural landscape - lower basin of the Paraíba do Sul river

1. Introdução

Nos últimos anos os elementos da natureza tem sido destacados como depositários de referencias onde se entrecruzam o cultural e o natural. Este é o caso dos corpos de água. As sociedades humanas ao longo da história buscaram o acesso à água, elemento essencial à própria sobrevivência. Sistemas de captação, condução e armazenamento da água; muros de contenções, diques, portos, pontes; estruturas hidráulicas para o campo, para a cidade e para a industria, foram construídas e aperfeiçoadas ao longo da história. Quando deles não temos os vestígios materiais, nos chegam os registos textuais, deixando-nos entrever as formas em que se concretizam as relações entre os seres humanos e este recurso natural. A água é fonte de vida e de riqueza, elemento de abundância e de escassez dependendo da latitude, elemento essencial na paisagem; litúrgico e profano. Os corpos de água são fundamentais para as culturas humanas. Esta intima relação entre sociedades e água, gerou um imenso repertório de estruturas, de caráter material e imaterial, ainda não plenamente estudado.

Este repertório de estruturas – definidas como artefatos, em sua acepção anglo-saxônica, como qualquer objeto realizado a partir do trabalho humano (BALLART, 1997: 22) – conformam em conjunto aquilo que definimos como cultura material, ou seja, os artefatos em um contexto cultural (SCHLERETH, *Apud* BALLART, 1997: 24). Enquanto bem cultural (2) se pode falar em tipologia e, no caso, em novas tipologias, que tem dado lugar a diferentes e interessantes abordagens sobre o patrimônio cultural (3). Alguns exemplos podem ser o patrimônio industrial, o patrimônio agrário, as paisagens culturais e os bens de natureza material em relação com áreas de preservação natural. Dentre estes, se destaca o patrimônio hidráulico, tipologia em permanente diálogo com as que mencionamos acima. Este patrimônio tem como elemento de diferenciação a água e as estruturas destinadas a discipliná-la, que podem ser tomadas como marca distintiva, fator de identidade plasmada no território e na memória.

A imensa riqueza e variedade de artefatos alusivos à cultura material que se traduzem em estruturas hidráulicas – moinhos, trapiches e banguês, canais e hidrovias, diques e represas, pontes, rodas d'agua, cisternas, portos, percursos navegáveis, etc. – percorre os séculos em crescente evolução, chegando às sofisticadas turbinas de hidroelétricas por todo o mundo. Estas podem ser relacionadas às atividades de consumo doméstico (higiene, consumo humano e lazer), à atividades agrárias (irrigação e consumo animal) e industriais (processo de fabricação, condução por dutos, resfriamento, lavagens, caldeiras e construção civil). Este importante legado e, mais frequentemente suas ruínas, constituem hoje o se define como patrimônio hidráulico.

O tema do patrimônio hidráulico adquiriu certa importância na atualidade na Península Ibérica (4) e em diferentes países da América Latina (5). O uso dos recursos hídricos estão estreitamente vinculados à evolução das sociedades humanas e seu controle sinaliza, na maioria das vezes, o aparecimento de formas hierárquicas na estrutura social. As sociedades da antiguidade estão repletas de exemplos (BETHEMONT, 1982), assim como toda a experiência hidráulica que desde o Oriente alcança a região do Mediterrâneo e se estende pela Europa e Magrebe (BESTUÉ CARDIEL; GONZÁLEZ TASCÓN, 2006).

Os estudos relativos ao patrimônio hidráulico começam a se desenvolver com maior vigor na Europa nos anos 1970, e se originam, de um lado, ao interesse que despertam os sistemas irrigados e sua relação com os sistema sócio-político em *al-Andalus* (GLICK, 1988; BARCELÓ, KIRCHNER et al.; NAVARRO, 1996) e de outro, aos estudos realizados no âmbito da arqueologia industrial, considerando-se que o objeto de estudo desta é *"(…) múltiplo na sua abordagem, considerando as várias áreas produtivas e as diversas soluções construtivas (…)"* (COSTA, 2014: 78).

Ainda que a maior parte deste patrimônio hidráulico tenha perdido a sua funcionalidade, sua permanência na paisagem tem despertado, cada vez mais, o interesse dos pesquisadores desde o ponto de vista técnico e a partir de uma perspetiva histórica. Compreender sua funcionalidade é compreender o desenvolvimento territorial em âmbito urbano e rural, é compreender o desenvolvimento dos diferentes setores econômicos que conformam nossas atividades produtivas. No Brasil, os estudos relativos ao patrimônio hidráulico, ainda são escassos e pouco sistematizados.

Quando falamos em bem cultural, independentemente de sua natureza (tangível/material ou intangível/imaterial) e independentemente de sua tipologia (histórico, artístico, cultural, paisagístico, urbano, rural, etc.), nos referimos a um conceito historicamente construído. Este conceito, a partir do século XVIII, restrito a programas de caráter nacional, em que se buscava assegurar uma herança comum a todos os cidadãos a partir da seleção de determinados símbolos, tem sido paulatinamente ampliado e, sua concepção vinculada ao nacional, tem sido superada, face às atuais demandas sociais. A emergência de grupos sociais como detentores uma identidade cultural própria, à parte à nacionalidade, impôs uma agenda mais complexa e diversificada para o patrimônio. Esta nova agenda opera em uma perspectiva mais plural, de identidades e memórias culturais, que se inserem num imenso espectro de relações e interpelações sociais, que já não cabem nos espaços demarcados com os quais nos acostumamos. O patrimônio é cada vez mais diverso e plural.

Devemos ainda considerar também que, nos últimos tempos se observa o crescimento de uma indústria do patrimônio, associada à comercialização do passado (HUYSSEN, 2000) e a uma expansão das atividades turísticas (COSTA, 2014: 78), a eles relacionada. Estes elementos favorecem a que a tipologia dos bens patrimoniais esteja de forma constante, em *"(…) contínuo aumento, como se ela respondesse a um repertório universal no qual assume a inclinação do momento (…)"* (POULOT, 2011: 479).

Nesta perspetiva é que, uma das grandes transformações que o conceito de patrimônio cultural registou nas últimas décadas, consistiu no seu progressivo alargamento, englobando novas categorias patrimoniais, como é o caso do património hidráulico. Em uma época profundamente marcada por uma crise hídrica, compreender como o recurso hídrico, a par ao desenvolvimento tecnológico, contribuiu para o progresso humano, é um modo de entender o conjunto de bens relacionados ao seu uso. A partir deste entendimento é possível compreender como, por que e de que modo, este patrimônio pode ser considerado relevante para a salvaguarda da memória, da identidade e da cultura das sociedades modernas. Consideramos que todo o conjunto de bens que integram o patrimônio hidráulico devem ser reconhecidos como parte do património cultural, devendo ser objeto de atenção no que respeita ao seu estudo, salvaguarda e valorização.

Os processos seletivos dos bens patrimoniais costumam ter invariavelmente como referência, as identidades. Um grupo social (nacional, estadual, municipal, distrital, comunitário etc.) atribui valores (dimensão simbólica) a algum bem material ou imaterial, tornando-o uma expressão de sua identidade. Não existe um valor intrínseco de identidade nos bens patrimoniais, senão por meio daquilo que lhe é conferido socialmente. O constante aparecimento de novos patrimônios procura ajustar *"(…) um sentido de passado e a consciência do presente – contribuindo de forma significativa para normalizar as diferenças que se colocam para enxergar as singularidades (…)"* (POULOT, 2011: 479).

No Brasil em especial, a partir de meados dos anos 1980, com o fortalecimento dos movimentos sociais, respaldados pela chamada Constituição "cidadã", emergem diversas tipologias patrimoniais, defendidas por diferentes grupos e setores da sociedade que reivindicam um certo reconhecimento. A reflexão teórica tem ganhado fôlego e as contribuições metodológicas, impulsionadas por critérios interdisciplinares (6), tem permitido uma intensa reflexão sobre o patrimônio cultural no Brasil.

Para tanto, muito contribuiu os estudos que se realizaram sobre as instituições responsáveis pelos tombamentos em nível nacional, estadual, e quando existe, municipal. As revisões bibliográficas e a busca por inserir estas questões no contexto da narrativa histórica, favoreceu à estas reflexões. Se por um lado, as demandas sociais forçaram a esta revisão, também o Estado, como organizador das políticas culturais relacionadas à preservação, aspirava um melhor conhecimento sobre a matéria. O tímido, mas consistente crescimento dos órgãos públicos de preservação, quando não sua multiplicação com a implantação órgãos municipais; as exigências legais em processos de licenciamentos; e o estabelecimento de cursos de pós-graduação e linhas de pesquisas em políticas culturais de preservação, assim como a conformação de novos objetos, sinalizam os avanços alcançados neste período.

No entanto, é preciso destacar que, as questões que fundamentam o tema do patrimônio como identidade e memória nacional, ainda dão substrato aos programas políticos de preservação cultural, assim como, apesar das reivindicações para os reconhecimentos estarem difusas socialmente, atendendo à diversidade cultural, é marcante a alusão ao estado nacional como elemento central. Afinal, somos credores deste passado.

O patrimônio hidráulico nos coloca no limiar de uma relação extremamente complexa, entre a cultura e a natureza. A razão iluminista determinou um lugar para a natureza, distante da prodigiosa criatividade e laboriosidade humana. O que se pretendeu preservar inicialmente, era justamente o fruto da arte e da técnica de uma humanidade que avançava inexoravelmente sobre uma natureza de inesgotável recursos. As estruturas hidráulicas (entendidas como artefatos) na maioria das vezes expressam esta perspectiva de domínio da natureza, destacando-se como o mais importante elemento no contexto da paisagem cultural. O termo artefato se refere a um contexto técnico, *"(…) que incluye dos campos de significación: por un lado hace referencia a la presencia de un elementos físico (el material con lo que esta hecho el objeto) y por otro hace referencia a la actividad humana de la transformación de la materia en objeto. Es un concepto importante en el sentido de que da cuenta que existe materia prima, cuyo origen es natural, y conocimiento humano aplicado bajo forma de tecnología (…)"* (BALLART, 1997: 22).

Este patrimônio (hidráulico) é o que pretendemos destacar, trazendo à luz alguns vestígios materiais relacionados às atividades agrícolas desenvolvidas na região da bacia inferior do rio Paraíba do Sul, fora do contexto da economia canavieira, ao longo do século XIX e início do século XX, e seu eminente desaparecimento, sem um registro adequado.

Ao tema do patrimônio cultural se agrega, pois, o tema da água e das paisagens vinculadas ao patrimônio hidráulico, que propicia uma tipologia que dialoga intensamente com a memória e com outras manifestações culturais. De acordo com Costa, *"(…)os espaços de memória e de relações sociais centradas na água estão enraizadas um conjunto de práticas culturais e dinâmicas associadas à gestão dos recursos hídricos que transformam este recurso num bem comum (…)"* (2014: 78). Entendemos que os conhecimentos produzidos por meio da pesquisa histórica e da pesquisa arqueológica, que permitem o desenvolvimento de um campo convergente de reflexão, como próprio do patrimônio cultural. A meu ver, a história e a arqueologia, assim como outros campos do saber científico, devem na atualidade serem considerados em uma perspectiva interdisciplinar, equivalente e compatível, permitindo uma intensa e constante interação com outras áreas do conhecimento. Ao introduzir o conceito de patrimônio e de paisagem cultural, partilhamos da idéia que estes *"(…) parecem oferecer uma perspectiva muito mais rica e abrangente quando aplicada às ideias convencionais da esfera da preservação patrimonial, podendo servir para ampliar a visão sobre os próprios centros históricos e as paisagens tradicionais, permitindo leituras que compreendem, justamente, as interdependências, muitas vezes ignoradas, ente os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos e sistemas (…)"* (FIGUEIREDO; BATISTA, 2016: 87).

Faço uso portanto, do conceito de paisagem cultural, como elemento aglutinador e de diálogo entre estes campos, por acreditar que este permite um adequado aprofundamento da interdisciplinaridade.

2. Arqueologia da Paisagem e Arqueologia Hidráulica

Os conhecimentos gerados pela Arqueologia da Paisagem, estão fundamentados nas concepções teórico-metodológicas, que procuram analisar, através da cultura material, as dimensões ambientais em que se inserem as sociedades humanas. Esta arqueologia se propõe à aproximação, desde diferentes campos do conhecimento (7), ao objeto arqueológico, buscando conhecer a dimensão espacial das atividades humanas. Oriunda do encontro destes diferentes campos do conhecimento, que ao longo do século XX, contribuíram para seu desenvolvimento, a Arqueologia da Paisagem é tributária da Arqueologia Espacial, que se contrapôs à perspectiva então predominante do enfoque histórico-cultural.

É bem verdade que a arqueologia, desde os anos 1960, esteve em busca de um arcabouço teórico próprio. Derivada da ecologia cultural de J. Steward que procurou inserir no debate teórico a importância do papel desempenhado por fatores ecológicos na conformação de sistemas socioculturais (TRIGGER, 2004: 270), mas de viés neo-evolucionista, é dissentida no processualismo de David Clarke e Lewis Binford, que propõe a articulação de dados espaciais e ecológicos com os padrões de assentamento. Nesta segunda vertente, partia-se do pressuposto que a cultura é um sistema, ou seja, a cultura deve ser entendida como um entrelaçamento de atributos e/ou entidades que formam um todo complexo. A Nova Arqueologia, como ficou conhecida esta vertente, dá origem a uma *"(…) noção de amostragem mais sofisticada e produtiva (…)", em se abandonam os estudos de áreas específicas dos sítios arqueológicos (como podem ser os centros cerimoniais e os palácios) e passam a realizar estudos regionais mais completos e abrangentes, onde se incluem os espaços camponeses, por exemplo (…)"* (TRIGGER, 2004: 302). Os principais avanços da Nova Arqueologia ocorreram sem dúvida, no campo metodológico.

A partir dos anos 1980, com o pós-processualismo, o conceito de espaço pautado em um certo determinismo, é paulatinamente substituído pelo de paisagem, que se define melhor como uma construção social e histórica. Além do mais, ao assumir este entorno natural como um lugar que resulta de uma atividade humana (posto que apropriado, construído, manejado, ordenado e manipulado), a base dos procedimentos analíticos se tornam mais interdisciplinares.

Neste sentido, é que a Arqueologia da Paisagem compreende os espaços rurais e os processos produtivos inerentes a eles. Como desdobramento desta arqueologia comprometida com as sociedades e os ambientes nos quais intervém, a chamada Arqueologia Hidráulica se define como o estudo das distintas estruturas arquitetônicas, elaboradas para disciplinar a água. Como marco inicial, surgiu como um instrumento que permitiu aceder ao desenho inicial de um sistema de irrigação aos quais se relacionava o conjunto de espaços camponeses: terras de pasto, terras de cultivo, assentamentos residenciais e todos os diferentes espaços no qual se incluem e, onde, se desenvolvem os diversos processos de trabalho camponês. Consideramos os princípios da Arqueologia Hidráulica (BARCELÓ, 1988: 195-196) favoráveis ao estudo dos artefatos de que trataremos nesta apresentação.

O conhecimento produzido pelo estudo e interpretação do espaço histórico somente será eficiente se nele se incluir a organização social que produz o espaço, podendo nele ser reconhecível as diferentes organizações sociais dos grupos em questão. O uso desta metodologia, sustentada na

prospecção, permite estabelecer um padrão de assentamento regional, no qual se considerem as diferentes culturas, formas de ocupação e atividades produtivas neles desenvolvidas.

George Marsh (MARSH *Apud* LOWENTHAL, 2010: 9), principal autor da formulação da consciência conservativa nos Estados Unidos, já advertia na segunda metade do século XIX, sobre a necessidade de se dar mais importância à preservação de objetos relacionados à vida diária, em lugar dos monumentos da antiguidade, por exemplo. Marsh defende a preservação das ferramentas usadas no campo, das oficinas, dos instrumentos domésticos, enfim, daquilo que está mais próximo dos enraizamentos culturais, impulsionando os ideais de conservação não só de vestígios da história, como também da natureza. Neste sentido a cultura material dos grupos sociais subalternos, relacionados ao universo do trabalho.

A Arqueologia Hidráulica, se insere igualmente no amplo contexto da arqueologia histórica, cujo objetivo é conhecer *"(…) através da cultura material, temas que a história, pelos seus próprios meios, não consegue acessar (…)"* (NAJJAR, 2005: 18). E esse é exatamente o nosso caso: para a região em questão – bacia inferior do rio Paraíba do Sul – a produção historiográfica, assim como a pesquisa arqueológica, é incipiente, dispersa e não sistemática.

No Brasil os estudos da Arqueologia Histórica se inicia nos anos 1960 e as pesquisas se centravam então nas relações entre os colonizadores e os povos indígenas e em discussões sobre restauração dos monumentos, sobretudo os jesuítas. A partir dos anos 1980, com o retorno à democracia no Cone Sul (COSTA, 2010: 22) a arqueologia no Brasil começa a crescer, surge no Rio de Janeiro o primeiro curso de graduação em arqueologia, que buscam divergir dos assuntos até então consagrados pela pesquisa arqueológica de carácter histórico. Mas é somente a partir dos anos 1990, com a consolidação dos cursos de pós-graduação no país, que há mais ênfase numa arqueologia mais comprometida com a diversidade étnica e cultural brasileira.

É terminante destacar que os registros da história por um lado, e os da arqueologia por outro, são desiguais, e o cotejamento entre estes se faz necessário para que os resultados da análise sejam consistentes. Os documentos textuais, próprios da história, nos oferece em geral, uma informação desigual e deformante (registros na maior parte das vezes, provenientes de um único grupo social, quase sempre a classe dominante). Além do mais se define como uma documentação voluntaria, isto é sua escrita é intencional.

Os arqueólogos podem – e devem – dispor das fontes textuais, próprias do historiador, mas devem fazer uso destas a partir de uma metodologia própria à arqueologia, como nos adverte Najjar (2005: 16). Esta autora observa que durante décadas a arqueologia ficou confinada a um lugar subsidiário à história, tendo papel quase que ilustrativo, mas posteriormente com o avanço das pesquisas na área, revelou-se que "*(…) na cultura material estavam cristalizadas ideias e atitudes de modo mais objetivo que no suporte textual (…)"* (*idem*: 17). O arqueólogo não deve prescindir da história, e deve recorrer, equilibradamente às contribuições de uma e de outra área do conhecimento.

Os registros arqueológicos, é o documento que se encontra nos locais de trabalho, são os restos matérias dos meios de produção e explicam os processos de trabalho. Contrapondo-se às fontes documentais, os registros arqueológicos compõe uma documentação involuntária, um legado que nos chega sem nenhum tipo de mediação. A cultura material é própria à arqueologia, vestígios de edificações, fragmentos cerâmicos, estruturas relacionadas à atividades produtivas, etc. Quem fala em arqueologia, fala em cultura material (BUCAILLE; PERSEZ, 1989: 18).

O termo cultura material possui um sentido coletivo, e é utilizada "*(…)para designar el conjunto de cosas materiales que el ser humano ha producido a lo largo de la historia(…)"* (BALLART, 1997: 23). A cultura material possui características que devem ser observadas: coletividade (ele nunca se refere a um individuo, sempre a uma coletividade); não-acontecimento ou repetição (concilia-se mal com

fatos isolados, procura fatos que se repetem suficientemente para serem interpretados como hábitos e tradições); é um fenômeno da infra-estrutura (*"estudar a cultura material significa atribuir uma importância casual, nos factos culturais, aos limites materiais que devem ter em conta"* p. 23); os objetos concretos (estes que são transmitidos e alimentam com regularidade os campos da pesquisa) (BUCAILLE; PERSEZ, 1989: 20-25).

Para a região que tratamos se evidencia a relativa escassez de estudos, tanto do ponto de vista da História, quanto do ponto de vista da Arqueologia. A historiografia regional se ocupa das áreas de maior visibilidade e das grandes estruturas agrárias escravocratas, pautada nos critérios econômicos (os grandes ciclos econômicos – açúcar e café). A pesquisa arqueológica foi até recentemente, displicente com os dados históricos, considerados secundários com relação à arqueologia pré-histórica. Apesar de, depois da Constituição de 1988, haver a exigência de estudos arqueológicos para os grandes empreendimentos, com a elaboração de EIA/RIMA, para as diferentes fases de execução de grandes empreendimentos (licenciamentos ambientais) exigidos por lei, persiste o problema da invisibilidade destas estruturas.

3. Tirando o manto da invisibilidade

Como parte deste estudo, inicialmente foi realizado um levantamento no arquivo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN no Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar os registros sobre os sítios arqueológicos nos municípios de Cambuci, São Fidelis, Itaocara e Santo Antônio de Pádua. Dentre os documentos levantados se inclui o Relatório de Diagnóstico Arqueológico do AHE Barra do Pomba (2008). Este relatório é parte do procedimento relativo ao Licenciamento Ambiental exigido por lei para a instalação de qualquer empreendimento.

No Brasil, licenciamento ambiental é um processo pelo qual todo empreendimento que causa impacto ambiental deve se submeter, em que se informa sobre as atividades que se pretende desenvolver, e os impactos efetivos e/ou potenciais que as atividades pretendidas podem ocasionar, e ao mesmo tempo, propor ações de monitoramento, mitigação e compensação para os possíveis impactos. A função primordial do processo de licenciamento é a de disciplinar e regulamentar o acesso aos recursos naturais (SÁNCHEZ, 2008). Aos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental – EIA/RIMA – se somam as exigências legais de trabalho da pesquisa arqueológica e cultural – levantamentos, prospecções e escavação de salvamento atividades arqueológicas nas áreas afetadas, que devem ser parte destes documentos. Neste sentido, estes relatórios/estudos são indicadores do potencial arqueológico das áreas impactadas pelos empreendimentos. Mas identificação de sítios e registro de vestígios materiais sinalizam não apenas este potencial, mas subjetivamente o valor atribuído e estes.

Com base nos dados coletados no relatório acima mencionado, foi realizado um trabalho de prospecção nos municípios supra citados, em que se buscou percorrer o mesmo roteiro estabelecido no diagnóstico. O objetivo proposto para esta prospecção, era o de conhecer e documentar *in loco*, os dados registrados nos relatórios, com fins de complementar um banco de dados (um mapa síntese) que se estava organizando no âmbito da *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural*/LEEA/UENF (8), sobre os vestígios arqueológicos na região. Do ponto de vista metodológico, optamos pela prospecção de superfície, que segundo Banning, com quem estamos de acordo, configura-se como o *"(…) único método para investigar las distribuciones arqueológicas a nivel regional y también muy útil para analizar el uso del espacio en los paisajes pretéritos; en definitiva para estudiar las actividades de las comunidades humanas en sus contextos regionales. Y también es un instrumento poderoso en la lucha para proteger y gestionar el patrimonio arqueológico (…)"* (BANNING, 2002: 234, *Apud* RUIZ ZAPATERO, 2004: 26-27).

Seguindo o objetivo proposto, foram realizadas prospecções nos locais onde foram identificados com algum vestígio arqueológico; para fins deste estudo se considera duas estruturas hidráulicas de grande porte relacionadas à atividades agrícolas e industriais identificadas durante as prospecções, situadas às margens do rio Pomba e rio Paraíba do sul, respectivamente. Além destas, incluímos as ruinas de duas outras estruturas similares, uma no do rio Paraíba do Sul e outra no rio Muriaé, um afluente a jusante. A leitura do diagnóstico não nos permitiu perceber a presença destas imponentes rodas d'água e de outras estruturas de acondicionamento do rio, associadas a estas, isto é, a nosso ver o diagnóstico, ao omiti-las, ou simplesmente demonstrar interesse específico nas mesmas, não valorizou estas estruturas como documentos arqueológicos significativos.

4. Espaço Rural e Racionalidade Agrária

Entendemos que as rodas d'águas e as demais estruturas associadas a estas são os artefatos que, relacionados à atividades agrícolas, conformam o que chamamos de *espaço rural*. Por espaço rural, compreende-se a articulação entre o assentamento humano e o conjunto de zonas onde tem lugar os processos de trabalho necessários para a sua reprodução social (BARCELÓ, 1988). No caso das sociedades estratificadas e organizadas politicamente entorno a um Estado centralizador, é necessário considerar que o objetivo da produção é superior à subsistência, e os processos de trabalho estão orientados à produção de excedentes. Relações sociais desiguais que se dão sobre um determinado espaço rural, produz desigualdades espaciais que podem ser arqueologicamente detectadas e são passíveis de explicações.

Desconhecemos a data de instalação das estruturas objetos deste estudo. Do ponto de vista temporal podemos dizer que são da segunda metade do século XIX, podendo estender à 1ª década do século XX. De outra parte, podemos afirmar que estão relacionadas a uma certa atividade agrícola ainda pouco estudada. A bibliografia em geral apenas menciona, quando não silencia completamente. Entendemos que atendem a uma racionalidade agrária, que deve ser entendida como um sistema composto de elementos técnicos – as formas de uso da água, o uso adequado dos instrumentos de trabalho, adequado às plantas que se deseja cultivar – e sociais – as relações de produção. No caso, baseadas no trabalho compulsório/escravismo.

Esta perspectiva é de suma importância para entender a relação entre o homem e a natureza, no âmbito colonial. Não é uma relação direta ou imediata. Ela se dá através de relações de produção específicas que devem ser consideradas. Destarte, é preciso remarcar que não existem espaços produtivos fora da lógica escravista de produção até 1888 (ano da abolição da escravatura) e posteriormente do capitalismo. A propriedade da terra e dos meios de produção, incluindo os trabalhadores está entre as propriedades de um senhor de terras, tal como assinala Antonil, que indicava como cabedal do senhor de engenho as terras férteis, com águas para mover rodas ou para a navegação, com mata para extração de madeira de lei e lenha (ANTONIL *Apud* GAMA, 1983: 131).

A região deste estudo permaneceu, até princípios do século XIX, marcada ambientalmente por uma densa floresta havendo ainda a presença de grupos indígenas, que com grande mobilidade, mantinham algum contato com a população colonial (TEIXEIRA, 2016). Com uma população colonial rarefeita era objeto de pouca ou nenhuma intervenção do poder colonial.

No século XIX, esta região começou a ser circundada por duas economias que tiveram grande expressão econômica: na zona da Mata Mineira ou médio Paraíba do Sul a cafeicultura (9), que se expandia desde São Paulo e, na região mais próxima à foz do rio Paraíba do Sul, a agro-açucareira. Delimitada por estas duas áreas de intensa atividade econômica, a região objeto de nosso estudo teve um desenvolvimento vigoroso embora menos visível, baseado na produção em menor escala de

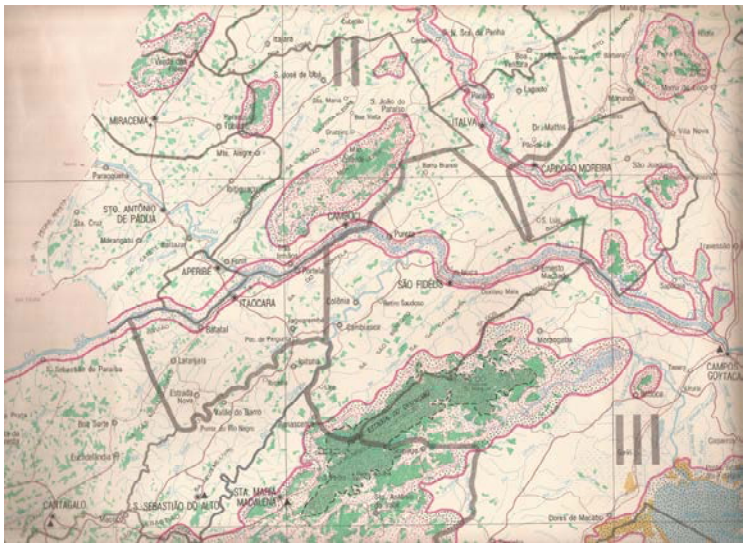
açúcar e café e em maior escala de cereais (fundamentalmente arroz e milho), além da mandioca e na extração de madeiras de lei. Além dos produtos agrícolas, a principal produção de manufaturados nesta região (São Fidelis – Itaocara) era a *"(…) de telhas, tijolos, louças de barro e tecidos de algodão grosso (…)"* (PALAZZOLO, 1963: 165). Alguns fornos cerâmicos coloniais, identificados em trabalhos de campo anteriores (TEIXEIRA, 2005), parecem ser os testemunhos materiais da indústria ceramista local.

Entendemos que os elementos técnicos (estruturas arquitetônicas e morfologia espacial) são artefatos cujo estudo pode proporcionar informações de qualidade sobre os processos de trabalho manual e intelectual da atividade agrária, sobre o modo de vida nesta região neste período.

5. Vale inferior do rio Paraíba do Sul

A bacia do rio Paraíba do Sul é uma das mais importantes do Brasil abrangendo uma área de 55.500 km². O rio principal delimita três importantes estados da região sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), apresentando um percurso de relevo bastante acidentado, entre a Serra do Mar e a Mantiqueira. Alcançando uma extensão de 1.137 km atravessa um total de 180 municípios (10) - mais ou menos 5 milhões de habitantes. Tudo isso contribui para a existência de inúmeros problemas na atualidade, como o despejo de esgoto doméstico e as atividades industriais, agrícolas e de exploração de minério em toda sua extensão. Por isso mesmo, é um dos rios mais poluídos do Brasil com graves problemas relacionados à qualidade da água e ao assoreamento (11). Esta bacia hidrográfica está estreitamente relacionada ao processo de ocupação colonial desde o século XVI. Por ela passaram as primeiras bandeiras em busca do aprisionamento de índios e, às margens do rio principal surgiram os primeiros povoados, as primeiras vilas. Entretanto, como já indicado, a região deste estudo ainda que inserida nesta bacia, está localizada em uma zona que até o final do século XVIII permaneceu com pouca ou nenhuma ocupação.

Interessa para fins deste trabalho a bacia inferior do Paraíba do Sul, que assim definimos: desde a confluência do rio Pomba, a altura de Santo Antônio de Pádua, até sua desembocadura no oceano Atlântico, em Atafona, município de São João da Barra (**vd. Mapa 1.**). Se inclui neste trecho, os afluentes da margem direita e da margem esquerda, com suas sub-bacias.



Mapa 1. Mapa da região de estudo.

Fonte: [Fragmento do] Mapa Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Rio de Janeiro; SEMAN/IEF. 1994.

Não é senão, até finais do século XVIII, que esta região que corresponde atualmente ao noroeste fluminense é efetivamente colonizada, principalmente como consequência do declínio na exploração do ouro nas Minas Gerais (LAMEGO, 1950). Nos séculos anteriores esta zona foi propositalmente mantida em condições desfavoráveis para ocupação pelo governo português, cujo objetivo era manter apenas um caminho (caminho real) entre as províncias das Minas Gerais e do Rio de Janeiro, buscando evitar o descaminho e o contrabando dos metais e pedras preciosas, bem como assegurar um maior controle sobre a população (MERCADANTE, 1973: 23). Segundo Valverde, *"(…) a política adotada pela coroa portuguesa de manter virgem a floresta da Zona da Mata e do vale do rio Doce, proibindo terminantemente a penetração nela e abertura de atalhos, tinha por objetivo impedir que na linguagem da época se chamava 'o descaminho do ouro', isto é, o seu contrabando. Tal medida só foi anulada em 1805, quando as aluviões auríferas das Minas Gerais já estavam esgotadas (…)"* (1958: 26).

Ao longo do período de plena atividade de exploração do ouro, até sua decadência, a finais do século XVIII, *"(…) o devassamento e consequente povoamento não provocaram a profundidade para os vales dos afluentes esquerdos do Paraíba (…)"* (MERCADANTE, 1973: 22). Segundo este mesmo autor, *"(…) de tal circunstancia resultaria conservar-se convizinha ao litoral fluminense, durante um século e meio, uma floresta virgem habitada apenas por índio e animais. A tira de selva, muito estreita nas mediações de Mar de Espanha, ia sempre alargando-se para o norte, até juntar-se à imensa floresta capixaba. Matas impenetráveis a estender-se por vales e montanhas, cobrindo os flancos e cumes das serras e formando uma barreira natural ao povoamento dos Sertões do Leste (…)"* (*Idem*: 22).

O memorialista Alberto Lamego, agrega outro fator que contribuiu a uma incipiente ocupação colonial até princípios do século XIX, observando que a *"(…) impossibilidade de navegação foi o principal fator que fez permanecer o rio desconhecido desde a descoberta quinhentista da sua foz e durante o intenso povoamento de Campos a partir do seguinte século. Excetuada esta planície costeira e o médio e alto curso paulistas, com suas vilas assentadas num caminho de Bandeiras, quedou-se o Paraíba incógnito até quase o alvorecer do século XVIII (...)"* (1950: 310). Paradoxalmente, foi a necessidade de escoar os produtos mineiros, principalmente o café, em plena expansão neste momento, que forçou a criação dos primeiros caminhos até o porto de São Fidelis, desde onde eram embarcados para percorrer o único tramo navegável do rio Paraíba do Sul, até o porto de São João da Barra.

Com o declínio da mineração em Minas Gerais *"(…) toda a vasta zona dos municípios de Resende, Barra Mansa, Barra do Piraí, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Carmo, Pádua, Itaocara, Monte Verde, São Fidelis, cobriu-se de mineiros que, nos finais do século XVIII e começo do século XIX, abandonaram a mineração (…)"* (MERCADANTE, 1973: 26). A expansão para o sertão (12) da Província do Rio de Janeiro, neste momento, configura-se portanto, como o resultado de um projeto econômico de consolidação da posse das terras, empreendido por uma certa vocação colonizadora, e incentivado pelo governo português com apoio da burguesia emergente. Os primeiros a chegar foram os missionários capuchinhos, com a incumbência de apaziguar (controlar e domesticar) os índios *tapuias* (das etnias purí e coropó), ao mesmo tempo que cumpriam a missão de recordar aos poucos colonos que ali viviam, desassistidos pelo governo colonial e abandonados à própria sorte, as normas de condutas da civilização. Assim que é somente no século XIX que se começa colonizar esta extensa área, que começamos a conhecer principalmente a partir dos relatos dos cronistas e naturalistas que atravessavam este território. Por meio destas narrativas é possível vislumbrar as paisagens e sua gente (colonos e indígenas), em se destacam a impressão causada pela densa floresta, descritas com evidente fascinação pelos viajantes (RIBEYROLES, [1859]1980; BURMEISTER, [1852]1980). Aliás, é Burmeister que constata, ao trilhar o caminho de São Fidelis em direção a Mariana em Minas Gerais, ser esta uma região *"(…) completamente selvagem e inculta (…)"*. E em seguida observa que é *"(…) interessante notar como os traços de civilização desaparecem no rio Paraíba, em cuja margem oposta se via uma paisagem intacta ainda em sua vegetação virgem. À*

medida, porém, que se sobe o rio Pomba, a região começa a apresentar-se mais cultivada. Seria lógico que o contrário se produzisse, mas não é assim. Quanto mais se penetra no interior, tanto mais cultivada e civilizada é a região (…)" BURMEISTER, [1852]1980:180).

Esta observação se explica pelo fato das economias açucareira e cafeeira estarem em pleno crescimento. A primeira ocupando a planície aluvionar de *Campos dos Goitacases* e a segunda, a região que engloba a bacia do médio Paraíba do Sul. Com o avanço do século XIX, estas duas áreas conhecem grande desenvolvimento, e como parte da demanda produtiva destas duas economias, intensificam-se os desmatamentos na área ainda preservada do noroeste fluminense, tendo os índios como principais coadjuvantes (TEIXEIRA, 2016). Bustamante assim descreve o cenário: *"(…) área imensa, coberta de densas florestas, abundante em madeiras de lei, principalmente a cabiúna, o jacarandá e o cedro, que, mais tarde, vieram a oferecer vasto comércio lucrativo e eram conduzidas em balsas que desciam pelos rios, guiadas por índios já domesticados, em demanda dos portos de Campos e Macaé, onde eram vendidas (…)"* (1971: 20).

Os desmatamentos vão dando lugar a produção agrícola: as áreas de terrenos mais elevados e desmatadas acolhe a expansão do cultivo de café, nos baixios próximo ao rio, principalmente o arroz. Charles de Ribeyroles, em meados do século XIX, assinala que as *"(…) a cana, como o arroz, somente é cultivada nos terrenos baixos, impróprios a outro gênero de cultura (…)"* ([1859] 1980: 43). Burmeister, também observa que é ao nível do rio que *"(…) os colonos cultivam o arroz (…)"* ([1852] 1980: 145). No entanto, é de se considerar que outros produtos eram cultivados, como o milho, a mandioca e o feijão, em atendimento ao mercado interno.

Apesar da produção de arroz ter sido significativa, não teve a mesma relevância da produção do açúcar e do café. A pujança destas duas economias, ofuscam as informações sobre a produção do arroz ou outros produtos menos valorizados (milho, feijão, mandioca), que podemos entrever como significativas para o consumo ordinário das pessoas. Sabemos mais quando estas economias estão em decadência, do quando estão em seu auge. Em seu Alamanak, Alvarenga observa uma decadência não apenas dos produtos mais importantes do ponto de vista econômico, como o café, mas também na produção de cerais, especialmente o arroz:

"ARROZ. O município de Campos já cultivou arroz que sobrelevava de seu consumo para exportação, e hoje, ao inverso, importa quase que a totalidade do que necessita para consumo (…)" (ALVARENGA, 1881: 99).

Segundo Amorim Neto e Andrade (2008: 21), ainda hoje a *"(…) fertilidade natural dessas áreas é considerada boa (…)"*, para o cultivo do arroz, e completa informando que *"(…) normalmente, os restos da cultura são utilizados pelos animais em sistema de pastejo; as fezes e a urina dos animais, acrescidas da palha resultante da batedura, são incorporadas naturalmente ao solo, fertilizando-o (…)".* Os autores chamam a atenção para o fato da colheita na região ser ainda predominantemente manual, realizada por meio de cutelos (2008: 40). Certamente esta prática atual está fortemente amparada nas práticas de cultivo estabelecidas no século XIX.

Para fins desta apresentação consideramos a área delimitada pela margem esquerda do rio Paraíba do Sul e compreendida entre os municípios de Itaocara e Cambuci, em que se inclui a confluência do rio Pomba com este (**vd. Mapa 2.**).

Mapa 2. Imagem de satélite da região de estudo, com localização de duas áreas. **Fonte:** Google Earth

Neste trecho do rio foram localizadas duas rodas d'águas que constituem o ponto de partida para este estudo, e embora uma delas tenha sido citada nos relatórios arqueológicos que se produziram na área, como parte dos processos de licenciamento ambiental, não foram destacadas como objeto de interesse arqueológico ou histórico. Estas estruturas se vinculam a processos produtivos de menor visibilidade na região, do ponto de vista econômico, e seu desaparecimento certamente compromete a compreensão adequada de sua importância e significado. A inobservância por parte do arqueólogo de seu real valor, expressa uma visão limitada da cultura material histórica como fonte de pesquisa. Ao mesmo tempo aponta a problemas recorrentes nos EIA/RIMA, geralmente elaborados por pessoas que não conhecem devidamente a região, ou mesmo a sua historia e que, inadvertidamente reproduzem os modelos de ocupação das áreas mais próximas. A produção bibliográfica relacionada às economias agro-açucareira e cafeeira é imensamente maior que aquela relacionada a esta região específica. A ausência de uma historiografia própria, dificulta o acesso às particularidades históricas que permitiriam compreender melhor os vestígios materiais remanescentes (**vd. Mapa 2.**).

O reconhecimento destas estruturas como marcos paisagísticos poderia significar a preservação de um patrimônio hidráulico, até então abandonado e sua ressignificação, contribuir para o resgate da memória histórica.

6. As rodas d'água: patrimônio hidráulico e paisagem

Ainda não há estudos e sínteses históricas sobre a estrutura fundiária com as quais possamos contar para compreender plenamente o espaço rural nesta área. Estes ainda são fragmentados e dispersos. Com os poucos dados disponíveis na bibliografia, pode-se imaginar um cenário de fazendas de diferentes portes, tendo em consideração a extensão das terras, a capacidade de produção, os gêneros produzidos, os recursos investidos e a auto-suficiência. Destes elementos dependiam as estruturas existentes – edificações, equipamentos, terrenos cultivados.

Além do mais, como já fizemos observar, o processo de colonização tardia nesta região favoreceu à preservação da densa floresta tropical – a chamada Mata Atlântica. Parte das atividades realizadas pelos donos de terras era a extração de madeira para os mais diversos fins, desde a construção civil e as caldeiras dos engenhos, até já na segunda metade do século XIX atender as demandas da expansão das estradas de ferro na região.

Assim que dentre as estruturas possíveis nestes espaços poderiam estar presentes construções destinadas a oficinas – carpintaria e forja, depósitos de ferramentas e utensílios agrários, caieiras para a produção de cal, paióis para os cereais (milho e arroz principalmente), olarias com fornos para a queima e estruturas hidráulicas, como as rodas d'agua. Estes relacionados à produção agrícola. Outras estruturas poderiam ainda estar presentes: moradias para funcionários e agregados, ranchos para os animais, baias, curral, galinheiro e pocilga. Estas unidades produtivas podem ser caracterizadas como agroindustriais.

Novaes (2008) alerta, para o fato de que mesmo as fazendas especializadas na produção de café, na região do vale médio do rio Paraíba do Sul as estruturas produtivas – os engenhos – faziam além do beneficiamento do café e de cereais que atendiam à subsistência da propriedade – farinha, de mandioca, arroz, óleo de mamona, entre outros. Nestas fazendas o engenho de serra (serraria) estava sempre presente, muitas vezes acoplado ao de café em função do aproveitamento da força motriz através da água. Segundo Gama (1983: 81), a roda d'água está presente nos engenhos e fazendas brasileira, desde o século XVI como força motriz, com papel de destaque, indicando que estas *"(…) seriam também empregadas para movimentar outros tipos de moendas, como as de pilão ou mesmo os trapiches (…)"* (GAMA, 1983: 126).

No século XIX, independente da tecnologia utilizada a força motriz utilizada para mover as máquinas e ou engenhocas era a hidráulica – complexo mecanismo de rodas d'água e polias de ferro. Ao longo deste mesmo século, os equipamentos foram evoluindo em função das novas tecnologias. Para Kelman *et al.*, a roda d'agua *"(…) foi o primeiro engenho capaz de realizar trabalho a partir da queda de água, transformando energia hidráulica em energia mecânica (…)"* (2008: 16). Já próximo ao final deste século, estes equipamentos hidráulicos começam a ser substituídos pelo conjunto turbina-gerador, que transforma a energia hidráulica em energia elétrica. As máquinas vão se tornando menores e mais eficientes.

As rodas d'água podem ser encontradas na bibliografia com outras designações, como roda persa, azenha (de propulsão inferior), nora ou nora de corrente e engenho. No entanto há diferenças tipológicas entre elas. A nora é um sistema antigo, originário do Egito e levado pelos árabes, no século X à Península Ibérica, que originalmente servia para elevar a água de rios e poços, depois eram distribuídas por meio de acéquias para algibes em cotas mais elevadas aos perímetros de irrigação, desde onde era distribuída por gravidade.

A roda d'água vertical de eixo horizontal, parece ter sido descrita primeiramente por Vitrúvio, no século XVI, a qual estava acoplado um moinho (SCHMIDT, 1967: 73; GAMA, 1983: 126). Schmidt transcreve a descrição do próprio Vitrúvio sobre o engenho que se lhe atribui: *"Da mesma maneira*

se movem os moinhos da água, em tudo semelhante, exceto em que possuem, em um dos extremos de eixo, um tambor dentado, o qual, colocado em posição vertical, gira com a roda. Em conexão com este tambor está outro maior, também dentado e disposto horizontalmente, e que forma um todo com a roda. Assim, os dentes do tambor embutido no eixo, empurrando os dentes do tambor horizontal, fazem girar a mó. Nesta máquina, uma moega nela colocada ministra o trigo às mós, e por efeito desse mesma rotação vai sendo moída a farinha (…)" (VITRUVIO *Apud* SCHMIDT, 1967: 74).

As rodas d'água aqui descritas neste trabalho constituem-se de uma estrutura circular (roda) montada sobre um eixo horizontal, onde na periferia estão presos intercaladamente pás e alcatruzes (recipiente cerâmico ou metálico). Instaladas nas margens do rio em pontos de correnteza fazem a estrutura circular sobre o eixo horizontal fazendo os alcatruzes descerem vazios e subirem cheios, o que põe a roda em movimento contínuo, aproveitando a energia cinética da água corrente (**vd. Figura 1.**). Estas rodas d'água *"(…) não carecem de quaisquer obras para promover o aproveitamento hidráulico, contudo é corrente a construção de um pequeno muro junto da roda, que se destina, quer à canalização da água para o aparelho motor quando o caudal é mais reduzido, quer à aceleração local do fluido (…)"* (MIRANDA, VIEGAS, 1992: 20). A frequência de laboração é determinada pelo curso de água.

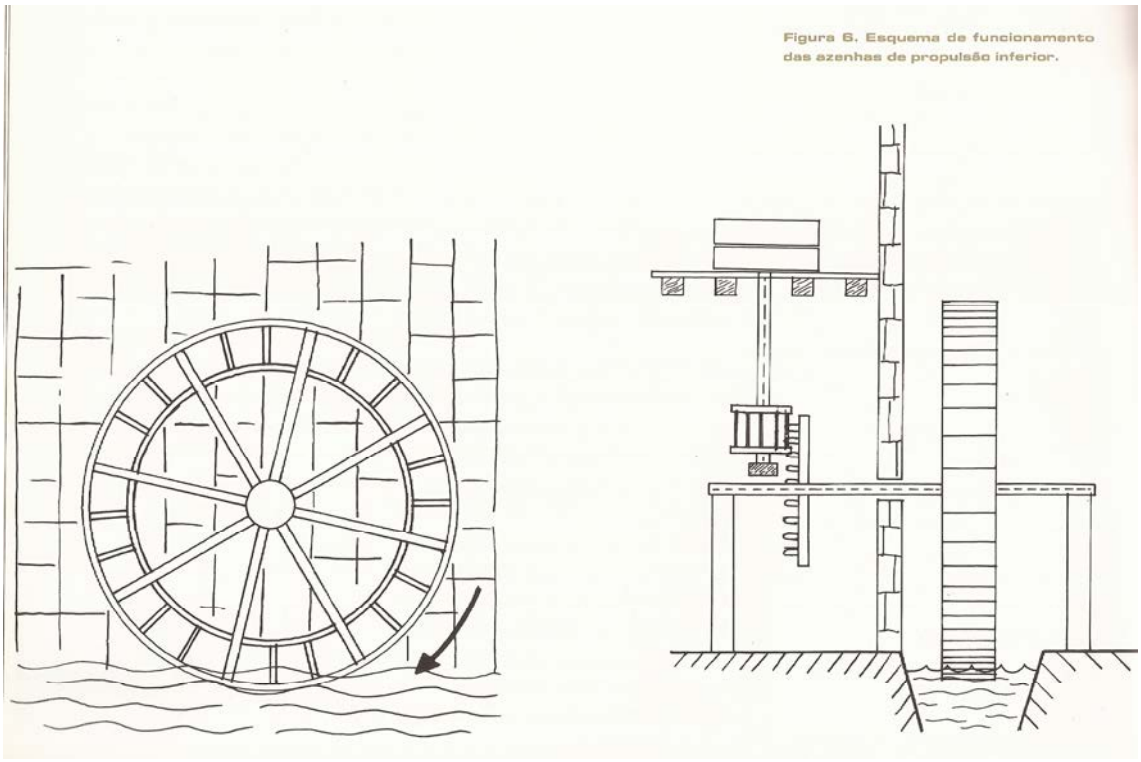


Figura 1. Desenho de uma azenha ou roda d'agua. **Fonte:** MIRANDA, Jorge A., VIEGAS, João Carlos, 1992.

Na bibliografia regional, de caráter memorialístico, encontramos com alguma frequência referencias às rodas d'água existentes nesta região no século XIX. Burmeister observa em sua viagem entre Nova Friburgo e São Fidelis, que na maioria das fazendas estão presentes as rodas d'água, as atafonas, as represas e as caieiras ([1852] 1980). Bustamante menciona a Fazenda Farol, que contém tudo quanto compõe uma fazenda (1860), *"(…) engenho movido por uma gigantesca roda hidráulica, com o aproveitamento do rio Pomba artificialmente colhidas em queda improvisada; aparelhos de beneficiar café, cana, milho e serraria (...)"* (1971: 56). Igualmente menciona a Fazenda Fortaleza, *"(…) uma das melhores fazendas da antiga freguesia; excelentemente montada, à beira do rio (...) À*

sua frente está a célebre 'Cachoeira dos Macacos', no rio Pomba tão falador e cobiçada para montagem de uma usina de produção de força e luz elétrica (…)" (1971: 59).

Estas rodas d'água são marcos paisagísticos. Ainda que em ruinas e sem funcionalidade marcam o horizonte dão significados e sentido ao lugar. A paisagem não é apenas um dado da natureza, *"(…) e sim o produto da interação humana com a natureza, ou seja, uma construção humana considerada tanto em seus aspectos físicos, como nos aspectos mentais que permitem a sua interpretação. Se no aspecto material está constituída de água, pedra, areia e vegetação, no aspecto cultural está feita de memórias, identidades e representações (…)"* (TEIXEIRA, 2015: 102). Deste modo, entendemos que como paisagens culturais são *"(…) produtos históricos, visto que são o resultado das atividades de nossos antepassados; construídas ao longo do tempo, como resultado das diferentes práticas sociais (culturais, simbólicas, políticas e econômicas principalmente) que se plasmam no território (embora este não deva ser entendido como um mero suporte para as atividades humanas), o que lhe reafirma o componente histórico (…)"* (*Idem*, *Ibidem*).

6.1. A Fazenda Serraria - S 21°.62'626", WO 42°. 03'356**"**

Trata-se de uma fazenda situada no município de Cambuci, situada próximo as margens do Rio Paraíba do Sul. Não foi possível saber a data exata de sua criação, mas inferimos pelas edificações mais antigas que está datada do século XIX. Estão plenamente visíveis as áreas relacionadas à atividade produtiva agrária: a presença de um terreiro para secagem (13), uma caixa d'agua, um grande galpão onde se encontrava a roda d'água e um tramo de estrada de ferro.

Constatamos que a roda d'água era movimentada por um canal artificial, que teria sido aberto com trabalho escravo, cujas águas colocava em movimento o "engenho". Apuramos com os trabalhadores, que a força motriz produzida pela roda d'água colocava em marcha uma serraria (para madeira), além de um moinho de cereais e um alambique. Também gerava energia elétrica para abastecer a fazenda. A fazenda produzia principalmente café e arroz (14). A roda d'água servia para inundar os campos de arroz, que também contava com uma barragem.

A roda d'água já não estava em seu lugar original. As peças que compunham esta roda d'água estavam espalhadas por todo o terreno (15), ao redor do galpão (**vd. Figuras 2.** e **3.**). Por dentro deste, o canal artificial ainda circulava suas águas, que eram captadas ao rio e passada a roda d'água era devolvida ao mesmo rio. A construção deste galpão pareceu-nos bastante recente, feito em alvenaria. Não foi permitido chegar até a casa principal nem uma elevação próxima em que, segundo os funcionários da fazenda, se podia ver os restos construtivos do que deveu ser as senzalas.

Figura 2. Vista exterior do galpão e saída de água. **Fonte:** Foto da autora.

Figura 3. Vista interior do galpão onde estava instalada a roda d'água. Observe-se a à direita parte da "caixa" onde estaria a roda. **Fonte:** Foto da autora.

6.2. Fazenda Quartéis - 21º. 63'625", WO 42º.06'146"

A fazenda Quartéis tem origem no posto estabelecido por Guido Thomás Marliére, na estrada que ligava Minas a Campos dos Goytacazes, por volta de 1826. Esta era a estrada basilar do escoamento da produção da zona noroeste da província fluminense, e parte de Minas Gerais, até o porto de São Fidelis, cuja importância se manteve até 1883, com a inauguração da estada de ferro (16) (BUSTAMANTE, 1971: 66). Desta primeira guarnição toma o nome a fazenda Quartéis. O posto Guidowald, instalado na confluência do rio Pomba com o rio Paraíba do Sul, era guarnecido por soltados que cobravam impostos para a província de Minas Gerais (BUSTAMANTE, 1971: 67).

Atualmente localizada no município de Cambuci (17), a fazenda Quartéis, data do final do século XIX. Está situada à beira do rio Pomba, muito próximo à sua desembocadura no rio Paraíba do Sul. Há algum caseiro de construção mais recente (século XX) e um par de silos, o que denota as atividades agrícolas e pecuárias (a presença de animais e currais) na atualidade. Não tivemos acesso às construções mais antigas. Há uma bela caixa de d'água de ferro, semelhante às antigas caixas d'água associadas a ferrovias, com uma inscrição na estrutura de suporte com a data – 1920 (**vd. Figura 4.** e **5.**).

Figura 4. e **5.** Caixa d'água, Fazenda Quartéis; Cambuci, RJ. **Fonte:** Foto da autora.

Ali também encontramos em ruínas uma roda d'água, ainda instalada em seu lugar original e em funcionamento (**vd. Figura 6.**). As informações colhidas no campo com os trabalhadores da fazenda, confirmam o uso da roda d'água como serraria, moinho, alambique, produção de energia elétrica e inundação dos campos de arroz. As edificações próximas à estrutura hidráulica possuem características diversas atendendo a diferentes temporalidades.

A roda d'água esta instalada em um pequeno braço natural do rio Pomba. Este braço de rio forma à sua direita uma ilha onde, segundo nos informaram havia uma outra roda d'água, de menor tamanho destinada a inundar os campos de arroz que se encontram nesta ilha. Não há vestígios visíveis desta outra roda d´água (não pudemos atravessar até a ilha). Há uma barragem de pedra no leito do braço de rio que servia de reservatório à roda d'água (**vd. Figura 7.**).

Figura 6. Roda d'água, Fazenda Quartéis; Cambuci, RJ. **Fonte:** Foto da autora.

Figura 7. Represa no braço do rio Pomba, Fazenda Quartéis; Cambuci, RJ. **Fonte:** Foto da autora.

Como se pode apreciar na imagem (**vd. Figura 8.**) em algum momento mais recente os alcatruzes originais foram substituídos por grossos canos de PVC. Em verdade não souberam nos informar de que material estava feito os originais.

Figura 8. Detalhe do alcatruzes da d'água, Fazenda Quartéis; Cambuci, RJ. **Fonte:** Foto da autora.

Como já dissemos não há quase nenhum registro histórico para estas rodas hidráulicas. Picinini (2005), menciona algumas rodas d'águas que conheceu em sua juventude, em fazendas do município de Santo Antônio de Pádua. A memorialista menciona as fazendas de Barra Alegre, Fortaleza, Porto Alegre, Farol (antiga São José), Santa Cândida e Boa Vista, como possuidoras de rodas hidráulicas de grandes dimensões, como as que tratamos neste artigo, e de moinhos de fubá, possivelmente movidos à energia hidráulica. Menciona ainda a existência de represas para conduzir água para estas rodas e serrarias que também deviam ser movidas pela força da água, além de paiol, maquinário de beneficiar café, fornos (PICININI, 2005: 31-36).

6.3. Outras Estruturas

Na ocasião deste trabalho de campo, encontramos ainda outras rodas d'águas ou seus vestígios, que aqui deixamos registrado. Em Itaocara, município vizinho a Cambuci havia uma roda d'água, junto à estrada em direção a Portela (distrito deste município), assentada à margem do rio sobre seu leito (**vd. Figura 9.**).

Figura 9. Roda d'água, Itaocara, RJ. **Fonte:** Foto da autora.

A ela não se associa nenhuma outra estrutura visível, como vestígios de habitações ou áreas de trabalho. A roda foi desmontada em maio de 2016. Inicialmente recebemos a informação sobre o desmonte da estrutura e logo encontramos a noticia no site de noticias (URL: http://www.sfnoticias.com.br/considerada-como-parte-da-historia-de-itaocara-roda-d-agua-e-desmontada), de onde retiramos a imagem do muro de sustentação onde se lê o grafite "tudo é passado..." (**vd. Figura 10.**).

Figura 10. Roda d'água, Itaocara, RJ..
Fonte: URL: http://www.sfnoticias.com.br/considerada-como-parte-da-historia-de-itaocara-roda-d-agua-e-desmontada

E pertinente registrar igualmente os restos matérias de uma roda d'água no rio Muriaé (afluente da margem esquerda do rio Paraíba do Sul, à jusante) e de duas barragens no rio, uma delas relacionada à mesma. Curiosamente estes vestígios se encontram ao lado da Prefeitura Municipal, e quando perguntamos sobre a origem das ruinas, ninguém soube informar sua origem ou função. A ruina se encontra ao nível do rio, e ainda se pode ver os fragmentos da antiga barragem no leito do rio (**vd. Figura 11.**).

Figura 11. Visão geral do local da antiga roda d'água, Italva, RJ. Observe-se à esquerda parte da murada da represa que desviava a água para a roda. **Fonte:** Foto da autora.

A seguir, temos para apreciação do leitor, uma fotografia das ruinas da estrutura edificada de suporte à roda d'água e um esboço realizado sobre o terreno da mesma (**vd. Figuras 12.** e **13.**).

Figura 12. Detalhes da ruina da roda d'água, Italva, RJ. **Fonte:** Foto da autora.

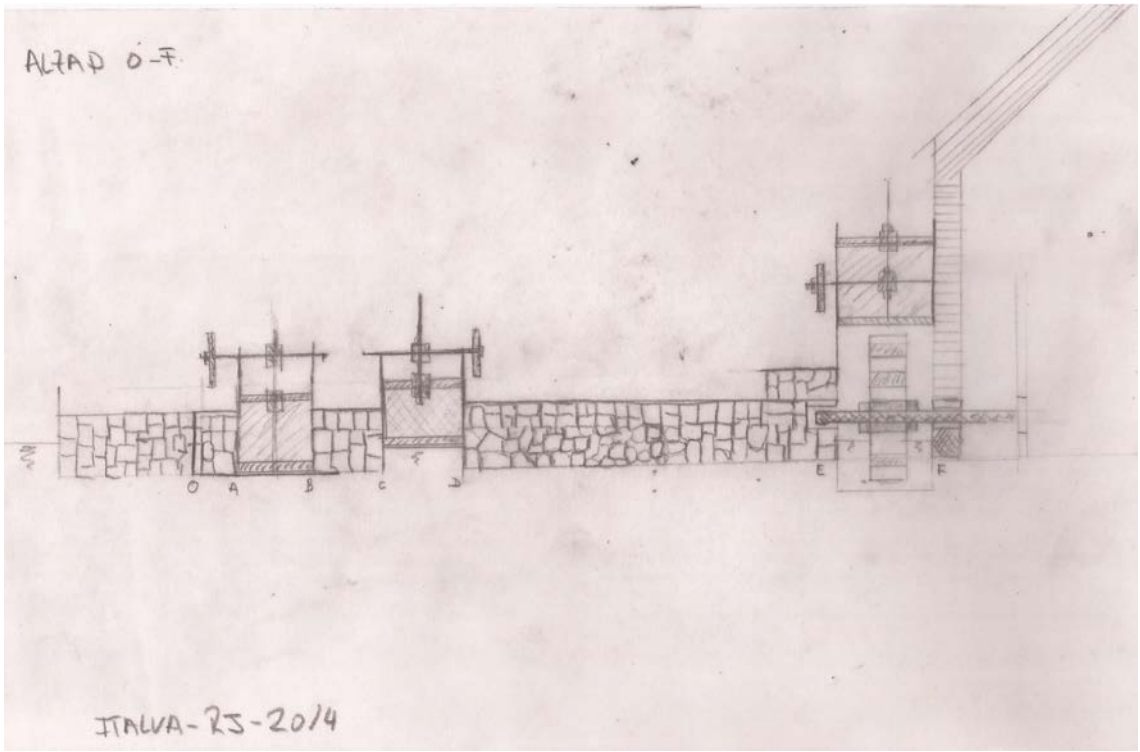


Figura 13. Croquis, Italva, RJ. **Fonte:** Desenho de Carlos Camargo.

7. Comentários Finais

O objetivo primordial deste artigo é o de chamar a atenção sobre um tipo de patrimônio que no Brasil tem sido sistematicamente negligenciado, e visto como de importância menor. O patrimônio histórico relacionado à esfera do trabalho, o patrimônio agrário e o industrial, como exemplos, somente muito recentemente tornou-se objeto de interesse por parte dos pesquisadores voltados para o estudo da preservação cultural no Brasil. Nos países europeus, e tomo como exemplo Portugal e Espanha, estes patrimônios tem sido identificados, registrados, estudados e preservados já a algumas décadas. Prevalece a ideia de que a melhor maneira de expressar a multiplicidade de identidade e as interações culturais, é valorizar o acervo cultural relacionado às comunidades, e relacionados às diferentes esferas de atuação social, principalmente aquela que se refere à reprodução social. Não há dúvidas sobre a importâncias destes acervos, mas a predominância de um, não deve sobrepor a do outro. Ambos são importantes e na maioria das vezes estão em intenso diálogo.

A água e os usos que se faz deste recurso é universal do ponto de vista das sociedades humanas, como elemento essencial a vida humana (abastecimento e saneamento), como força motriz ou como forma de aliviar o esforço humano nas atividades laborais, como elemento recreativo ou artístico, na maior parte das vezes está associada a estruturas arquitetônicas e de engenharia, muito antes destas disciplinas existirem enquanto tal. Assim que conhecer e interpretar seus vestígios e fundamental para se compreender como nos apropriamos socialmente dos recursos hídricos.

No século XIX, com a forte influência do pensamento progressista, as intervenções em ambientes aquáticos, como correções da natureza, acondicionamento de corpos de água ou como uso para atividades vinculadas a produção, ou como elemento a se evitar para controle sanitário, a água foi, como ainda é nos nossos dias, um elemento presente na maioria das cidades e no campo. Estas intervenções plasmaram novas paisagens culturais que devem ser objetos de conhecimento e reflexão.

As rodas d'águas aqui assinaladas passaram, de certo modo, desapercebidas ao olhar do especialista. Não foram consideradas suficientemente importantes, para evitar a inundação de uma área que, sem uma presença indígena marcante, ou na ausência de "monumentos" de maior "significado", parece despossuído de um significado maior. As rodas e as demais estruturas, permaneceram invisíveis tanto como artefato arqueológico, quanto parte de uma patrimônio histórico-cultural. E corre, de fato, o risco de vir a desaparecer, como vimos acontecer em Itaocara.

NOTAS

(1) Projeto de pesquisa vinculado à Bolsa Produtividade P2 CNPq – Paisagens Culturais, Patrimônio Hidráulico e Cultura Material: identificação, estudo e promoção de um patrimônio invisível.

(2) Segundo Ballart (1997: 27), *"(…) no podemos decir que toda cultura material es un bien cultural, ya que por este camino podríamos a acercarnos al absurdo, sí que todo bien cultural es cultura material (…)"*.

(3) Estamos de acordo com Carvalho (2016: 59) quando afirma que o conceito de patrimônio cultural surge de modo a conciliar a dicotomia entre "material" e "imaterial" e deve ser *"(…) compreendido como abrangendo duas dimensões, contemplando de forma intrínseca as suas expressões materiais ou imateriais (…)"*.

(4) Com uma importante tradição no domínio da água na região do Mediterrâneo, nos países ibéricos, tem-se buscado compreender as antigas estruturas hidráulicas considerando os elementos naturais e culturais que o conformam. Sistemas de captação, transporte, armazenagem e distribuição de água, para áreas urbanas e também para o campo. Os primeiros sistemas hidráulicos urbanos foram desenvolvidos pelos romanos e, posteriormente, em *al-Andalus*, foi implementada da agricultura irrigada camponesa, base de muitos dos sistemas hidráulicos existentes ainda hoje.

(5) Na América Espanhola, as tradições indígenas no âmbito do domínio da água, são também, largamente conhecidas, tendo originado estudos de grande importância a meados do século XX. Cfr. PALERM, A. - "*Obras hidráulicas prehispánicas en el sistema lacustre del valle de México*. México, DF: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1973, p. 19–44; TORTOLERO-VILLASEÑOR, A. – "*El agua y su historia: México y sus desafíos hacia el siglo XXI"*. México, DF: Umbrales del Siglo XXI, 2000; REGAL, A. - *Los trabajos hidráulicos del Inca en el antiguo Perú*. Lima: Gráfica Industrial; VILLAFANA AVILA, J. F. 1986. *Sistemas hidráulicos incas*. Lima: Lluvia Ed., 1970.

(6) É de observar que os programas de pós-graduação no Brasil em se desenvolvem pesquisas relacionadas ao patrimônio cultural, estão em sua maioria, no comitê interdisciplinar da CAPES.

(7) Principalmente a geografia cultural, a antropologia social e a ecologia cultural.

(8) Participaram dos trabalhos de prospecção e análise dos dados alunos e bolsistas da Officina 6de Estudos do Patrimônio Cultural/LEEA/CCH/UENF: Clarissa A. Guajardo Semensato; Edlane da Cruz da Silva Coutinho; Lucas Viana Aragão; Thais Cristina Silva de Oliveira.

(9) *"Nesses cem anos de autonomia viveu São Fidélis surtos de grande prosperidade e fases de decadência. Colocada, pela sua posição geográfica, entre as serras e a planície, assistiu, nos primórdios da sua vida, ao encontro de duas grandes civilizações. Uma Paraíba acima, conduzida pela cultura da cana de açúcar, a outra, Paraíba abaixo, trazido pela cultura do café"* (*Apud* PALAZZOLO, 1963: 167) – Texto de Theodoro Gouveia Abreu, escrito no jornal *O Fidelense* por ocasião da comemoração do primeiro centenário de São Fidelis (05.março.1955).

(10) Em Minas Gerais são 88 municípios, no Estado do Rio de Janeiro 53 e no estado de São Paulo 39 municípios.

(11) Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP – Dados Gerais [Em linha]. [Consult. 29 set. 2014]. Disponível na www: <URL:http://www.ceivap.org.br/dados-gerais.php>

(12) *Sertão* é como é comumente chamada às terras interiores no Brasil.

(13) Pode haver servido tanto à produção de café como a de arroz, como se pode observar na informação colhida em Amorim Neto, Andrade (2008: 41), *"(…) nas condições das regiões Norte e Noroeste Fluminense, a maioria dos pequenos produtores tem feito a secagem, com sucesso, colocando os grãos em terreiros de cimento, espalhados em camadas de até 3 cm de espessura (...)".*

(14) Cambuci na primeira década dos anos 2000, ainda se destacava como o segundo produtor de arroz do estado do Rio de Janeiro (AMORIM NETO; ANDRADE, 2008: 8).

(15) Dentre as peças espalhadas pelo chão, se encontrava o "miolo" da roda d'agua, um estrutura de ferro de com a inscrição SKF. Buscamos informação sobre esta marca e identificamos que se trata de uma indústria de equipamento pesado, em atividade desde 1907. Não sabemos e esta seria a roda original, ou se a fazenda e a roda sendo mais antiga, seria de madeira logo substituída.

(16) Segundo Bustamante, o percurso desde estrada de ferro era o seguinte: Santo Antônio de Pádua, fazenda Fortaleza, onde se atravessa o "valão do Ourives" e depois o "Padre Antônio", funil; Vieira Braga (1971: 66).

(17) Lembramos que os termos municipais históricos não corresponde aos atuais.

BIBLIOGRAFIA

ALVARENGA, J. de - Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade e Município de Campos. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1881.

AMORIM NETO, S.; ANDRADE, W. E. De B. - A cultura do arroz irrigado no estado do Rio de Janeiro. Niterói: Pesagro-Rio, 2008.

BALLART, Josep - El patrimônio histórico y arqueológico: valor y uso. Barcelona: Ariel, 1997. ISBN 84-344-6594-9.

BARCELÓ, M.; KIRCHNER, H.; NAVARRO, C. - El agua que no duerme. Maracena (Granada): Sierra Nevada 95/El legado andalusí, 1996. ISBN 84-89016-25-9.

BARCELÓ, M. - Arqueología medieval - En las afueras del <<medievalismo>>. Barcelona: Ed. Crítica, 1988. ISBN 84-7423-373-9.

BETHEMONT, J. - Sur les origines de l'agriculture. In METRAL, J., SANLAVILLE, P. (org.) L'homme et l'eau en méditerranée et au proche orient, II. Maison du Oriente: Universitaires de Lyon, 1982. ISBN 2-903264-31-7.

BESTUÉ CARDIEL, I., GONZÁLEZ TASCÓN, I. (eds.) - Breve Guía del patrimonio hidráulico de Andalucía. Sevilla: Agencia Andaluza del Agua/Consejería de Medio Ambiente, 2006. ISBN 84-96329-78-X

BUCAILLE, R., PESEZ, J-M. - Cultura Material. Em Enciclopédia Einaudi (16) Homo-domesticação; cultura material. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. Depósito Legal 14 793/87

BURMEISTER, H. - Viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, [1852] 1980.

BUSTAMANTE, Heitor - Sertões dos Puris. Santo Antônio de Pádua: Academia Paduana de Letras, Artes e Ciências, 1971.

CARVALHO, Diana - Património Cultural – Reflexão sobre o conceito, aspectos técnicos e teóricos. Revista Ideário Patrimonial (Património entre patrimónios). ISSN 2183-1394. Numero 6//julho 2016//Instituto Politécnico de Tomar, p. 57-74.

COSTA, Diego M. - Arqueologias Históricas: um panorama espacial e temporal. Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. ISSN 1980-5875. Volume 4, Número 2, Julho-Dezembro de 2010, p.7-38.

COSTA, F. da S. - Mãe-d´água: Um contributo sobre o património hidráulico e abastecimento público de Guimarães (noroeste de Portugal). Revista Agua y Territorio. ISSN 2340-84723 Número 3, enero/junio//2014. Jaén: Universidad de Jaén, p. 77-88.

FIGUEIREDO, Lauro César; BATISTA, Desidério - O conceito de paisagem cultural e os novos desafios de conservação do patrimônio: contributo para o debate em Portugal e no Brasil. Revista Ideário Patrimonial (Património entre patrimónios). ISSN 2183-1394. Numero 6//julho 2016//Instituto Politécnico de Tomar, p. 85-104.

GAMA, Ruy - Engenho e Tecnologia. São Paulo: Duas Cidades. 1983.

GLICK, Thomas F. - Regadío y sociedad en la Valencia Medieval. Valencia: Del Cenia al Segura, 1988. ISBN 84-85446-36-4

HUYSSEN, A. - Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. ISBN 85-86579-15-7

KELMAN, J. *et al.* - Hidroeletricidade. In ALDO, C.; REBOUÇAS DA; BRAGA, BENEDITO e TUNDISI, José G. - Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras, 2008. ISBN 978-85-8630-341-8

LAMEGO, A. R. - O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

LOWENTHAL, D. - El pasado es un país extraño. Madrid: Akal. 2010. ISBN 978-84-460-0816-3

MERCADANTE, P. - Os sertões do Leste – Estudos de uma região: a Zona da Mata. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MIRANDA, Jorge A.; VIEGAS, João Carlos - Moinho de vento no Concelho de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1992. Dep. Legal 60.665/92.

NAJJAR, R. - Arqueologia Histórica: Manual. Brasília: IPHAN, 2005.

NOVAES, Adriano - Os caminhos antigos do território fluminense. In Inventário das fazendas fluminenses, tomo I. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

PALAZZOLO, J. del (Frei) - História da cidade de São Fidelis. Rio de Janeiro: Convento dos Padres Capuchinos, 1963.

PICININI, Rita Amélia Serrão - A casa da Águia – crônicas paduanas. Santo Antônio de Pádua: edição do autor, 2005.

POULOT, D. - Cultura História, valores patrimoniais e museus. Revista Varia História. ISSN 1982-4343. Volume 27, Número 46//julho/dezembro//2011//Belo Horizonte, 2011, p. 471-480.

RIBEYROLLES, Charles - Brasil Pitoresco. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. [1859] 1980.

RUIZ ZAPATERO, G. - La prospección arqueológica de superficie en inicios del siglo XXI. Revista Arqueología Espacial. ISSN 1136-81-95. Numero 24-25//2014//Seminario de Arqueología y Etnología Turolense// Teruel, p. 17-31.

SÁNCHEZ, Luis Enrique - Avaliação de impacto ambiental – conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. ISBN 978-85-86238-79-6

SCHMIDT, Carlos B. - O Milho e o monjolo. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1967.

TEIXEIRA, S. - Estudo de História e Arqueologia: os índios puris na bacia inferior do vale do Paraíba do Sul. In CANALES TAPIA, P.; CASTILHO, M.M. Los claroscuros del debate – Pueblos indígenas, colonialismo y subalternidad en América del Sur, Siglos XX y XXI. Santiago: Ariadna Ed., 2016. ISBN 978-956-8416-46-1

TEIXEIRA, Simonne - Paisagem, Natureza e Conhecimento: políticas hidráulicas na Espanha setecentista e oitocentista. Revista Geografia & Pesquisa. v. 19, Número Especial, 2015. ISSN 2236-4994, p. 101-114. DOI 10.5902/22364994/19374

TEIXEIRA, S. - Notas sobre as estruturas tipo forno no noroeste fluminense. In XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia - Arqueologia, Patrimônio e Turismo. Campo Grande: Editora Oeste, 2005.

TRIGGER, B. G. - História do Pensamento Arqueológico. São Paulo: Odysseus, 2004. ISBN 85-88023-57-1

VALVERDE, O. - Estudo regional da Zona da Mata, Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia. ISSN Numero 1/Ano 20//janeiro-março//1958.